



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**O CRIME DA DOMÉSTICA: PENSANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO
NA CIDADE DE TERESINA NOS DE 1970**

Hélio Secretário dos Santos¹

Resumo: A partir do assassinato da doméstica M. M. J. entre a noite do dia 4 e a madrugada do dia 5 março de 1977, na cidade de Teresina, faço uma discussão sobre as relações de gênero como categoria histórica capaz de iluminar o crime que teve como vítima uma jovem empregada doméstica. As fontes que dão suporte à discussão são os principais jornais em circulação na cidade, à época. Nesse trabalho, resolvi por utilizar apenas as iniciais do nome da vítima.

Palavras-chave: História do Tempo Presente, relações de gênero, violência.

INTRODUÇÃO

Segundo (DOSSE, 2012, p. 12), “a história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo”. Quando falamos em relações de gênero no século XXI em uma perspectiva histórica temos ciência de que essas práticas têm passado por transformações ao longo tempo. Para (DOSSE, 2012, p. 6), há “uma verdadeira singularidade da noção da história do tempo presente que reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do espaço de experiência” e no presente do passado incorporado”. Dessa forma quando analisamos as relações de gênero sob a perspectiva da história do tempo presente procuramos compreender como essas relações se constituem ao longo do tempo. Mas por que falar sobre elas?

No século XX, segundo (ROUSSO, 2016, p. 219) “surge uma nova relação com o passado marcada por uma obrigação política e moral, uma dívida”. Poderíamos associar a proliferação de estudos sobre a mulher, as mulheres, homossexualidades e as relações de

¹ Doutorando em História do Tempo Presente na Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. E-mail: heliosecretario@yahoo.com.br



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



gênero a uma obrigação política e moral? Poderíamos considerar a existência de uma dívida da historiografia para com estes estudos?

Foi a partir da segunda metade do século XX que os estudos sobre o papel social da mulher e dos homens, sobre a homossexualidade ganharam destaque dentro e fora das universidades. Movimentos em busca de direitos sociais e políticos, o combate à violência sofrida pelas mulheres e homossexuais conquistaram alguns espaços acadêmicos e notoriedade. Ora, “a supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, como corolário, a opressão dos homossexuais é, portanto, um produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres” (RUBIN, 1993, p. 12).

Nesse sentido, para encontrar respostas que pudessem explicar a opressão e violências sofridas pelas mulheres e pelos homossexuais foi que surgiram estudos preocupados com a história das mulheres, com as sexualidades, homossexualidades e com a categoria gênero “já que o objetivo das revoltas femininas e homossexual é desmantelar o aparato de regulamentação sexual...” (RUBIN, 1993, p. 14).

Além de uma obrigação moral como defende Rousso (2016) essa nova relação com o tempo inaugura segundo Artog (2013) um senso de responsabilidade e precaução. Essas duas consequências são muito importantes para pensarmos as relações de gênero sobretudo quando analisamos os altos índices das violências, opressões e marginalizações que as permeiam.

Ao falar sobre as relações de gênero Pedro (2011) alerta para as contribuições que essa categoria oferece para a historiografia. E mais, a autora diz que embora a dominação de gênero permeie as relações a historiografia tem ignorado a importância dessa categoria. Segundo ela, o motivo dessa resistência tem origem na associação feita entre as pesquisas sobre gênero e a “história militante” considerada não-científica e salienta que outras categorias como classe e raça também são oriundas de movimentos sociais e não sofrem a mesma desconfiança. Com essas considerações a autora aponta para outros problemas: um deles se refere a um número inferior de pesquisas sobre relações de gênero, mulher, mulheres no campo da historiografia se comparado a outras áreas das ciências humanas; o outro está relacionado a quantidade maior de mulheres na produção dessas pesquisas. É importante destacar que esse dado não constitui um demérito às pesquisas pelo contrário reforça a importância dos estudos sobre essa categoria.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Imaginemos a seguinte situação: pesquisa aponta que quando se trata de pesquisas relacionadas às questões de gênero homens, héteros são os que mais produzem pesquisas. Sabemos que não é essa a realidade pelo contrário são as mulheres heterossexuais e lésbicas quem mais discutem essas questões e dos homens que também discutem uma porcentagem significativa é gay. Não é que homens e mulheres heterossexuais não se preocupem com estas questões, mas são minoria.

Essa realidade diz muito sobre quem nós somos e sobre a nossa sociedade. Por outro lado, para não simplificar as coisas é preciso mencionar que há também homens e mulheres homossexuais que não pesquisam tais questões o que não significa que elas não mereçam a devida atenção.

O CRIME

Na edição de domingo/segunda, dias 6 e 7 de março de 1977, do jornal O Estado, o título da principal matéria da página cinco era: “Monstro sexual retalha mulher”. Tratava sobre o assassinato de uma jovem que trabalhava como doméstica em uma casa de família. Nesse período, havia um costume de jovens e meninas pobres saírem da zona rural para trabalhar em casas de família nas áreas urbanas.

Essas meninas-mulheres muitas vezes não recebiam um salário trabalhavam em troca de comida, roupas e estudo. Ter uma filha trabalhando na cidade para uma família pobre e numerosa era entendido como um benefício. Essa jovem poderia ajudar sua família de algumas formas: era uma pessoa a menos para comer; a jovem poderia estudar e com isso melhorar de vida. Muitas vezes os estudos não se confirmavam contradizendo a principal promessa que uma família interessada poderia fazer à família de umas dessas jovens. Neste contexto, não era raro o analfabetismo ser uma realidade de todos os membros de uma família numerosa e ter uma oportunidade de fugir dessa realidade era algo que não poderia ser dispensado.

Não era raro muitas dessas jovens e meninas sofrerem além da exploração no trabalho, assédios e abusos sexuais por parte dos patrões ou dos filhos do casal. Suportar tais violências era algo comum uma forma dolorosa de não retornar para a vida de miséria na zona rural com suas famílias e continuar a ter meios para ajudar seus entes queridos. A quem pedir socorro?



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



A quem denunciar tais abusos? A ida dessas jovens para trabalhar em casas de famílias na cidade era uma decisão dos pais dessas mulheres na maioria das vezes.

Em outras situações, a jovem via nessa oportunidade uma possibilidade de ter uma vida menos vigiada no seio familiar. Trabalhar na cidade daria certa liberdade para essas jovens para outras seria também uma maneira de realizarem casamentos melhores do que os que poderiam ser feitos na zona rural.

Segundo à matéria, a jovem tinha 21 anos era natural da cidade de Inhuma no sul do Estado não estudava e trabalhava como doméstica. Era comum para algumas dessas trabalhadoras certo rodízio em casas de família até mesmo para não retornarem para suas famílias. Fazer amizades com outras domésticas era uma forma de não ficarem sem emprego e assim mantinham uma rede de contatos onde uma poderia indicar uma oportunidade de emprego para outra (O ESTADO, 1977).

Segundo a patroa, após assistirem a novela O Bem-Amado² a doméstica foi terminar de limpar a cozinha e depois se dirigido para seu quarto que ficava no quintal da casa. Pela manhã, a dona da casa teria mandado sua afilhada chamar a doméstica já que esta não havia levantado como de costume. A menina retornou dizendo que não obteve resposta cabendo à patroa ir ao quarto ver o que tinha acontecido. Após bater na porta sem sucesso percebeu que ela não estava trancada e adentrou se dirigindo à cabeceira da cama. Segundo a patroa, havia roupas sobre o corpo da vítima e ao retirar algumas peças que estavam sobre o rosto da jovem percebeu que esse havia sido mutilado. Após esse susto chamou os vizinhos que logo trataram de comunicar o caso à polícia.

“Ação de maníaco? Ato terrível de um tarado enciumado? Obra de algum monstro do sexo?” (O ESTADO, 6 e 7 de março de 1977, p. 5). Provavelmente a vítima foi assassinada entre a noite do dia 4 e a madrugada do dia 5 de março e em poucas horas o jornal levantou tais questionamentos: Maníaco? Tarado? Monstro sexual? Por que associar o assassinato de uma jovem mulher a uma possível questão sexual?

Esses questionamentos feitos na matéria sobre a morte da jovem fazem refletir sobre o papel das fontes para o historiador. Como devemos interpretar um documento?

² Uma versão reeditada por Paulo Ubiratan que foi ao ar pela Rede Globo de Televisão entre janeiro e junho de 1977. A primeira versão escrita por Dias Gomes foi exibida entre janeiro e outubro de 1973.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Porque a história não se faz com documentos; quero dizer que os documentos são mentirosos porque são sempre parciais. São sempre produzidos em atos de decisão e ação. Mas os homens são feitos de coisas que não são nem decisões, nem ações, em 90% de suas vidas. (LEVI, 2014, p. 09)

Mas como fugir dessa parcialidade? Segundo o autor, uma forma é usar fragmentos deixados pelas pessoas, como fotos, cartas, porque contêm pouca informação e por isso o historiador terá que se esforçar para produzir compreensão através dessas coisas. Segundo a matéria do jornal, a perícia encontrou uma carteira profissional, duas fotografias sendo uma de um homem outra de uma mulher e um bilhete. Levi (2014) acredita que poucos documentos fazem o historiador pensar. “Não devemos trabalhar sobre o que se vê...” (LEVI, 2014, p. 10).

Logo no início das investigações, o jornal informou que a jovem não tinha namorado nem muitas amigas, segundo a sua patroa era uma pessoa reservada (O ESTADO, 1977). Uma mulher jovem, solteira, não estudava e havia começado o novo emprego há pouco mais de uma semana. Como a questão sexual poderia ajudar na compreensão do crime?

Além dessas informações há outra informação que nos ajuda também a compreender a trama desse fato. Ao amanhecer o dia e percebendo que a doméstica não se levantara como de costume a patroa manda a sua afilhada para saber o que tinha acontecido. No Nordeste, o costume de famílias pobres darem seus filhos e filhas como afilhados e afilhadas para famílias abastadas era muito comum. Não era raro também esses afilhados e afilhadas morarem na casa de seus padrinhos/madrinhas para estudarem quando não servirem de empregados e empregados em troca de mudas de roupas e comida.

Para Levi (2014), quando um historiador se preocupa com um objeto ele já tem algumas ideias em mente, contudo deve ter consciência de não cair em anacronismos e por isso deve fazer perguntas gerais para entender o seu problema de modo específico.

Atualmente, no Brasil, a violência contra mulher é assustadora. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública uma mulher é morta a cada sete horas por ser mulher. Em 2018, 1.206 mulheres foram assassinadas por feminicídio. Para a Organização Mundial de Saúde de 84 países o Brasil é o 5º que mais mata mulheres.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Em 2018, foram registrados 263.067 casos de agressão doméstica contra mulheres com base na Lei Maria da Penha³, em outras palavras, a cada dois minutos uma mulher agredida. Ainda segundo o mesmo fórum, em 2019 houve um aumento de 4% nos casos de estupro com 66.041 casos o que significa uma média de 180 estupros por dia. Desses casos, 81,8% das vítimas eram mulheres dessas 53,8% eram meninas menores de 13 anos de idade.

Um estudo feito pelo LinkedIn⁴ e pela Consultoria Think Eva⁵ apontou que 47% das brasileiras já sofreram assédio sexual no trabalho⁶. Como realizar questionamentos gerais sobre o caso da doméstica levando em consideração essas informações? É sensato considerar que essa realidade sobre as mulheres no século XXI era a mesma em 1977?

Sobre a relação entre o historiador e os documentos Levi (2014) diz que a fantasia é uma aliada durante a pesquisa porque os documentos são sempre falsos porque parciais. A posição do autor não é para inviabilizar o trabalho do historiador, mas para, segundo ele, evitar a produção de trabalhos que se utilizam de muitas páginas para dizer a mesma coisa se tornando chatos. O autor não pretende afirmar que o melhor seria fazer uma história sem documentos, mas considera importante abandonar o fetichismo da documentação. “Devemos usar muita fantasia em nosso trabalho. Não inventar coisas, nem criar documentos falsos, e sim ver nos fragmentos que nós temos, que perguntas nos sugerem” (LEVI, 2014, p. 11).

Segundo o jornal O Estado o corpo da jovem foi encontrado com o rosto, os seios, as nádegas, as costelas e a vagina mutilados. Os cortes provavelmente tenham sido feitos com uma espécie de navalha. Tais circunstâncias teriam sido suficientes para o crime ser

³ A Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, ela cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher). Este texto foi retirado em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>. Acessado em 12 de dezembro de 2020.

⁴ O LinkedIn é uma rede de negócios lançada no início de 2003, e está sediada no estado da Califórnia. Da mesma forma que as outras redes sociais, como o Orkut e o Facebook, o LinkedIn permite a criação de perfis online, mas está voltado para aspectos profissionais. Através da sua lista de contatos você pode criar ou manter relações com empresas, colegas de trabalho, mantendo seu networking, além de criar seu currículo online, permitindo a procura por empregos e desenvolvimento de sua carreira. Este texto foi retirado em: <https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2011/05/o-que-e-o-linkedin-conheca-essa-ferramenta-online-para-encontrar-empregos.html>. Acessado em 12 de dezembro de 2020.

⁵ A Think Eva é uma consultoria de inovação social que articula o mundo corporativo para a criar soluções para as desigualdades de gênero e interseções. Este texto foi retirado em: <https://thinkeva.com.br/>. Acessado em 12 de dezembro de 2020.

⁶ <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/10/dia-contr-a-violencia-a-mulher-10-dados-explicam-por-que-falar-sobre-isso.htm>. Acessado em 10 de dezembro de 2020.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



considerado passional? A jovem teria sofrido um estupro? Como a categoria gênero pode ajudar a compreender o caso da doméstica?

“O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 16). O conceito de gênero formulado por Scott tem dois momentos. Para o primeiro momento a autora apresenta quatro elementos que o constituem, inter-relacionados, mas não necessariamente processados de forma simultânea. O primeiro elemento constitui os símbolos produzidos culturalmente que despertam representações simbólicas como Eva e Maria.

No caso das mulheres, ainda hoje a sexualidade é utilizada para constituir estes símbolos. A imagem da Eva é associada às mulheres que tem uma vida sexual diferente daquela desejada por uma sociedade patriarcal e machista. O oposto da imagem de Maria.

O segundo elemento nasce das interpretações desses símbolos, chamado pela autora de conceitos normativos. São exemplos deles: doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas. Esses conceitos normativos reforçam a oposição binária fixa ratificando o significado do masculino e do feminino, do homem e da mulher. Scott (1995) diz que essas normativas estão sujeitas à rejeição e contestação cabendo aos historiadores e historiadoras investigar quando e em quais circunstâncias isso ocorre.

O terceiro elemento se trata da aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. A autora defende a necessidade de buscarmos a natureza dessa aparência, não apenas nas relações de parentesco, mas também no mercado de trabalho, na política e na educação.

O quarto elemento da primeira parte da definição de Scott é a identidade subjetiva. A autora refuta a característica essencialista que foi defendida por outras pesquisadoras argumentando que se assim o fosse os homens e as mulheres reais cumpririam sempre e literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade apontando a necessidade de buscar como essas identidades são construídas historicamente. Não se nasce homem ou mulher.

O gênero como forma primária de dar significado às relações de poder é o segundo momento de definição feita por Scott. Para ela o gênero constitui o campo primário de articulação de poder persistente, recorrente em dar significação do poder no ocidente. Os conceitos de gênero criados por esse processo estruturam “a percepção e a organização



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



concreta e simbólica de toda a vida social” (SCOTT, 1995, p. 18). Nesse sentido, Pedro (2011) assegura que a historiografia precisa não apenas reconhecer essa realidade, mas pesquisar mais para compreender e apontar respostas para os problemas oriundos dessa relação.

A patroa da jovem, segundo o jornal, disse que não tinha conhecimento sobre a existência de algum namorado da vítima que na noite do dia 4 de março de 1977, a jovem chegou em casa por volta das 22h e juntas passaram a assistir a novela O Bem-Amado quando sua filha saiu do quarto correndo porque ouviu batidas na janela (O ESTADO, 1977).

Todas as informações presentes na matéria associam a morte da doméstica a uma questão sexual. A sua morte não poderia estar relacionada a outras motivações? Por que se deu tanta ênfase a questão sexual? Três dias após o assassinato da doméstica o jornal (O ESTADO, 08 de março de 1977, p. 5) publicou a seguinte nota:

Ontem, o delegado do 2º DP, aguardava o resultado do exame de virgindade feito no cadáver por médicos do Instituto Médico Legal, a fim de saber se ela era mesmo virgem. Para o perito Vital Araújo, essa hipótese é remota, pois na sua opinião toda mulher que traz as regiões vaginais depiladas é orientada estando, portanto, obedecendo a alguém. Um outro exame importante está sendo feito por peritos do Instituto de Criminalística nas vestes íntimas da doméstica para descobrir se há esperma o que viria confirmar a existência de “coito” dela com alguém.

Nessa citação, percebemos a preocupação das autoridades policiais com o corpo da jovem. O corpo como o enunciador incontestável da sexualidade. Era preciso averiguar se a jovem era virgem. Observemos a autoridade da perícia ao afirmar que por ter as partes íntimas depiladas a jovem teria envolvimento com algum homem.

Nesse sentido, as considerações de Butler (2014) sobre as regulações de gênero nos ajudam a compreender essa preocupação. Segundo ela, não se deve reduzir as regulações que tomam as pessoas como normais apenas às leis, regras e políticas concretas porque os mecanismos que processam essas regulações superam tais instrumentos legais. Ela enfatiza que muitos trabalhos que pesquisam questões feministas, gays e lésbicas abordam apenas as regulações formais como as legais, militares e família.

Esse posicionamento de Butler é para dizer que o gênero sofre sim a ação de um poder regulador, porém o “gênero requer e institui seu próprio regime regulador e disciplinar específico” (BUTLER, 2014, p. 04). Isso para dizer que o gênero não se resume apenas as



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



performances de masculino e feminino, ou seja, as performances que não se adequam a esse binarismo também fazem parte do gênero.

Ao analisar a relação entre a homossexualidade e a violência no Brasil no Jornal *Lampião da Esquina*, Mariusso (2015) fala do assassinato de jovens supostamente homossexuais. Quando os corpos desses jovens eram periciados pelas autoridades policiais uma característica chamava atenção: as vítimas tinham as genitálias depiladas o que para época era costume dos homossexuais passivos. Essa característica, para as autoridades, trazia uma verdade absoluta. Se a mulher se depilava para atender a um pedido masculino um jovem era considerado homossexual passivo porque ao se depilar queria se equiparar às mulheres? Isso lembra Rubin (1993, p. 21) ao dizer que a “passividade é trágica no homem, enquanto que a falta de passividade é trágica numa mulher”.

Falando sobre a dominação masculina Welzer-Lang (2001) ao analisar a educação dos meninos constata que nos lugares ocupados principalmente por homens como clubes esportivos há todo um exercício para que esses jovens combatam qualquer indício que possa fazê-los parecidos às mulheres. Mas e aquele rapaz/homem que vive uma prática tida como feminina como depilar as partes íntimas qual é seu lugar na sociedade? Butler (2014) nos faz pensar em quem não pode ser o sujeito do feminino?

Em um parágrafo acima, relatei alguns dados sobre diversos tipos de violências contra as mulheres no Brasil nos anos de 2018 e 2019, portanto distantes 42 anos do assassinato da doméstica. Desde o aparecimento do movimento feminista na década de 1970, da elaboração do conceito de gênero na década de 1980, da proliferação nas universidades de estudos sobre as mulheres, as sexualidades, sobre masculinidades e das conquistas de garantias legais para proteção das mulheres é possível fazer conexões e buscar explicações para os altos índices de violência. Contudo, uma questão pertinente é: como analisar o assassinato da jovem doméstica e não cometer uma generalização como nos diz Levi (2014)?

Falando sobre políticas públicas para combater a violência contra as mulheres Pinafi (2007) faz uma breve retrospectiva sobre algumas dessas políticas destacando a Assembleia Geral das Nações Unidas de 1979 que adotou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Ela ressaltou que três anos antes aconteceu o assassinato de Ângela Maria Fernandes Diniz pelo seu ex-companheiro Raul Fernando do



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Amaral Street (Doca) que não aceitava o fim da relação. Na época, ele foi absolvido sob alegação de que teria matado em legítima defesa da honra.

A autora ressalta que após esse episódio surgiu o movimento “quem ama não mata” e, em 1981, surgiu o movimento SOS Mulher, com objetivo de construir um lugar para atender as mulheres vítimas de violência. Pinafi (2007) aponta para a parceria desses movimentos com o Estado que resultou na criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983 e, em 1985, na implantação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da primeira Delegacia de Defesa da Mulher.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nos anos de 1970, é possível identificar uma vontade de direitos: direitos para mulheres, direitos para homossexuais, direitos para negros, direitos para indígenas. Como este trabalho analisa um caso de violência contra uma mulher consideremos a seguinte questão: como a morte brutal da doméstica sensibilizou a sociedade teresinense em um contexto de ausência de garantias legais para proteger as mulheres?

Na matéria do jornal todas as perguntas para explicar ou tentar explicar a morte da doméstica giram em torno dos responsáveis: um maníaco, um tarado, um monstro sexual (homem? mulher?). O jornal fala da origem da vítima, do que fazia profissionalmente, mas nem uma consideração sobre o que era ser uma mulher, trabalhadora na década de 1970. Nem uma menção ao movimento de mulheres mundo afora, nem uma nota sobre as violências sexuais sofridas por mulheres naquele contexto. Nada sobre ideias feministas em Teresina.

O que explica esse silêncio sobre tais violências se elas existiam? Teria sido a doméstica a única mulher a ser assassinada na década de 1970 na cidade de Teresina? Faltou também uma análise sobre as razões que poderiam levar um homem ou uma mulher ou os dois juntos praticarem tal violência. Não consta a definição do que seria um tarado e um monstro sexual. Quais as características de um tarado e de um monstro sexual? Como surgem esses dois tipos?

A morte da doméstica no final dos anos de 1970 nos faz refletir sobre a importância das pesquisas sobre as relações de gênero para a historiografia para compreendermos as formas de opressão e violências relacionadas à sexualidade. Nos faz pensar ainda sobre os



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



papéis sociais de mulheres pobres na cidade de Teresina no período em questão. E principalmente nos faz refletir que ainda há muito trabalho a ser feito sobre essas questões.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**. Revista Unicamp, São Paulo, (42), jan./jun., p. 249-274, 2014.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2012.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**. v.20, 2014.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan.-jun. 2011.

PINAFI, Tânia. **Violência contra mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>. Acessado em 10 de dezembro de 2020.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: S.O.S CORPO, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. 20 (2): 71-99 jul./dez. 1995.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**. Ano 9, p. 460-482, 2001/2.

Fontes

Anemia aguda. **O Estado**. Teresina, terça-feira, 08 de março de 1977.

Monstro sexual retalha mulher. **O Estado**, Teresina, dom./seg., 6 e 7 de março de 1977.